



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

# DÍVIDAS OCULTAS



Anticorrupção - Transparência - Integridade

Edição nº 5 | 25 Julho de 2023 | Distribuição gratuita

## Moçambique divulga documentos da Presidência e do SISE e abre caminho para a realização do julgamento em Londres

Por: **Borges Nhamirre\***

O Governo de Moçambique aceitou, finalmente, que advogados da Peters & Peters tivessem acesso a alguns documentos do Gabinete do Presidente da República e do Serviço de Informações e Segurança do Estado (SISE) relacionados com as dívidas ocultas. Desta forma está garantida a realização do julgamento no Tribunal Superior de Londres<sup>1</sup>.

O julgamento está marcado para Outubro próximo, entretanto estava em risco devido à recusa de Moçambique em partilhar os documentos com o Tribunal e outros intervenientes processuais. O juiz do caso, Robin Knowles, já havia admitido a realização do julgamento, mas insistia que as exigências da divulgação dos documentos se mantinham<sup>2</sup>.

Na semana de 17 a 21 do mês corrente, três especialistas da de Peters & Peters, a firma de advogados contratada pela Procuradoria-Geral da República, estiveram em Maputo a consultar documentos no Gabinete do Presidente da República, bem como documentos do antigo director do SISE, Lagos Lidimo e do antigo ministro da Defesa, Salvador Mtumuke.

Os especialistas da Peters & Peters que estiveram em Maputo são Keith E. Oliver, chefe do departamento de assuntos internacionais, Steffany William e Sarah Gabriel. Especificamente, os especialistas consultaram arquivos digitais e e-mails institucionais das figuras referidas para ver se encontram algum documento relevante, relacionado com as dívidas ocultas, que possa ser importante para o processo em curso em Londres.

### Guebuza disse que não saiu com documentos da Presidência

O acesso a documentos relacionados com as dívidas ocultas incluiu outras figuras do topo da direcção do Estado.

**Armando Guebuza**, o antigo Presidente da República, foi solicitado a disponibilizar os seus dispositivos, como computadores pessoais, para consulta pelos especialistas da Peters & Peters. Respondeu que não poderia disponibilizá-los pois não saiu com nenhum documento da presidência. Assim, Guebuza remeteu os especialistas ao Gabinete do Presidente Nyusi para partilhar eventuais documentos.

**Isaltina Lucas**, diretora nacional de Tesouro aquando da contratação das dívidas ocultas e uma das grandes ausentes no julgamento das dívidas ocultas em Maputo, também teve de dar acesso dos seus dispositivos de comunicação aos especialistas da Peters & Peters. E, ciente de que iriam encontrar dados comprometedores, admitiu antes, ao Tribunal Superior da Inglaterra, que afinal recebeu dinheiro da Privinvest. Mas justificou – tal como os demais envolvidos – que se tratava de fundos para projectos de investimento conjunto com Jean Boustani.

**Manuel Chang**, antes de ser extraditado para os Estados Unidos da América, foi também procurado pelos especialistas da Peters & Peters para partilhar dados do seu e-mail (*user e password*) para se proceder à consulta de documentos essenciais sobre as dívidas ocultas. Chang foi orientado a responder que havia perdido a memória destes dados devido ao longo tempo que permaneceu na prisão.

<sup>1</sup> CIP (2023). Entenda por que o julgamento das 'dívidas ocultas' em Londres está em risco de ser cancelado. Disponível em <https://www.cipmoz.org/pt/2023/05/17/entenda-por-que-o-julgamento-das-dividas-ocultas-em-londres-esta-em-risco-de-ser-cancelado/> (consultado a 19 de Julho de 2023)

<sup>2</sup> CIP (2023). Tribunal inglês decide que julgamento das dívidas ocultas deve avançar mesmo sem a divulgação dos documentos secretos – leia o acórdão na íntegra. Disponível em <https://www.cipmoz.org/pt/2023/07/09/tribunal-ingles-decide-que-julgamento-das-dividas-ocultas-deve-avancar-mesmo-sem-a-divulgacao-dos-documentos-secretos-leia-o-acordao-na-integra/> (consultado a 19 de Julho de 2023)

**Celso Correia**, o super-ministro do Governo de Filipe Nyusi, apesar de na altura da contratação das dívidas ocultas ainda não estar no Governo, foi solicitado a permitir a consulta das suas comunicações e aceitou. Entretanto, há informação de que não foram encontrados documentos relevantes na sua posse.

Efectivamente é pouco provável que do levantamento feito sejam encontrados documentos relevantes, principalmente devido ao curso do tempo desde a contratação das dívidas ocultas. Já passam cerca de 10 anos e muitos documentos podem ter sido deliberadamente apagados ou terem desaparecido.

Entretanto, no dia 28 de julho haverá uma sessão no Tribunal Superior de Londres na qual o juiz irá referir-se aos esforços feitos pela República de Moçambique para a divulgação dos documentos. Embora seja quase certo que haverá julgamento, a disponibilidade de Moçambique para partilhar documentos pode ter influência sobre a decisão do tribunal quanto ao pedido principal de Moçambique.

No processo civil das dívidas ocultas, iniciado pelo Estado Moçambicano no Reino Unido, a Procuradoria-Geral da República pede a anulação das garantias emitidas por Manuel Chang para avalizar os empréstimos da ProIndicus, no valor de 622 milhões de dólares, e da Mozambique Asset Management (MAM), no valor de 535 milhões de dólares. Moçambique pede ainda a compensação por todos os danos incorridos com o processo das dívidas ocultas. Os demandados são as empresas do grupo Privinvest, o Credit Suisse e os antigos colaboradores do Credit Suisse envolvidos na contratação das dívidas ocultas.



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA  
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



Schweizerische Eidgenossenschaft  
Confédération suisse  
Confederazione Svizzera  
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique



Norwegian Embassy



Suécia  
Sverige



Reino dos Países Baixos



## Informação editorial

**Director:** Edson Cortez

**Autor:** Borges Nhamirre

**Revisão de Pares:** Edson Cortez

**Revisão Linguística:** Samuel Monjane

**Propriedade:** Centro de Integridade Pública

Rua Fernão Melo e Castro,  
Bairro da Sommerschild, nº 124  
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917  
Cel: (+258) 82 3016391  
[f](#)@CIP.Mozambique [t](#)@CIPMoz  
[www.cipmoz.org](http://www.cipmoz.org) | Maputo - Moçambique